

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES - CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

SONIA APARECIDA SOARES CARVALHO

**GESTÃO DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DOS CONSELHOS
ESCOLARES NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE
CACOAL.**

**ARTIGO CIENTÍFICO
Trabalho de Conclusão de Curso**

**CACOAL - RO
2016**

Sonia Aparecida Soares Carvalho

**GESTÃO DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DOS CONSELHOS
ESCOLARES NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE
CACOAL**

Artigo Científico apresentado à Fundação Universidade
Federal de Rondônia – UNIR – Câmpus Professor
Francisco Gonçalves Quiles como requisito para a
obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Ma. Ellen Cristina de Matos

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES - CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

O Artigo Científico (Trabalho de Conclusão de Curso) intitulado: **“Gestão Democrática: Um Estudo Sobre a Atuação dos Conselhos Escolares nas Escolas Estaduais de Ensino Fundamental de Cacoal”**, elaborado pela acadêmica Sonia Aparecida Soares Carvalho, foi avaliado e julgado aprovado em 11 de fevereiro de 2016 pela banca examinadora formada por:

Profª. Ma. Ellen Cristina de Matos
Presidente

Profª. Ma. Liliane Maria Nery Andrade
Membro

Prof.º. Me. Geraldo da Silva Correia
Membro

Dedico primeiramente a **Deus** pela força, por me iluminar, proteger e me guardar em segurança durante toda a trajetória.

Aos meus pais, **Adão e Maria Izolda** (*in memoriam*), pelo o amor, dedicação e confiança que a mim dedicaram durante toda vida.

A meu esposo **Tomaz** pela compreensão, amor e companheirismo durante todo o processo, pela confiança e apoio incondicional.

Aos meus queridos filhos **Vinícius e Renan** razão do meu viver, aos quais amo incondicionalmente.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a **Deus** por mais uma vitória alcançada, pois sem ele eu não teria conseguido êxito nesta jornada.

À minha orientadora, Prof. Ma. **Ellen Cristina de Matos**, pela atenção, paciência e empenho a me ajudar a desenvolver este trabalho.

A todos os meus **professores** que transmitiram com paciência seus conhecimentos e contribuíram para minha formação acadêmica.

A todas as **pessoas** que contribuíram das mais diversas formas para que este trabalho se efetivasse.

“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.”

Paulo Freire

GESTÃO DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE CACOAL

Sônia Aparecida Soares Carvalho¹

RESUMO: A Gestão Democrática foi estabelecida no art. 206 da CF/1988, como incentivo ao desenvolvimento da democracia e ao longo dos anos fortaleceu-se, sendo definida como o resultado dos esforços de educadores e de diversos segmentos da sociedade (pais, professores, servidores das escolas, comunidade local, dentre outros) para promoção de uma educação pública democrática de qualidade. Os princípios norteadores da gestão democrática no ensino público estão dispostos na Lei nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases) e nessa busca por um ensino de qualidade com elevação cultural, o conselho escolar se apresenta como um importante instrumento para sua promoção, configurando-se um espaço de participação social, acompanhamento e discussão do processo de aprendizagem, que visa de forma corresponsável o desenvolvimento das práticas educativas garantidoras da implantação e manutenção de uma cultura democrática e participativa na comunidade escolar. Nesse contexto, o presente trabalho teve como objetivo analisar na percepção dos conselheiros participantes (gestores, professores e técnicos), como ocorre a atuação dos Conselhos Escolares na Gestão Democrática nas Escolas Estaduais de Ensino Fundamental (E.E.E.F.) no Município de Cacoal - RO. Foi utilizada a abordagem qualitativa, realizando-se pesquisa bibliográfica e de campo. Na pesquisa de campo foi aplicado um roteiro de entrevista aos conselheiros gestores e outro aos servidores, professores e técnicos. Quanto aos resultados relacionados à percepção dos conselheiros, observou que apesar das dificuldades apontadas que impedem a consolidação da gestão democrática nas escolas, há uma mobilização dos membros dos conselhos escolares com o intuito de torná-la efetiva, elaborando estratégias para minimizar e em alguns casos sanar os problemas que impedem a efetividade, a eficiência e a eficácia na atuação e nas ações dos conselhos escolares.

Palavras-chave: Gestão democrática; Conselho Escolar; Educação Pública.

1 INTRODUÇÃO

A gestão democrática torna-se efetiva quando a participação da comunidade é ativa, a qual acontece por meio do envolvimento e comprometimento da comunidade (PARENTE; LÜCK, 2000). Estabelecida no art. 206 da Constituição Federal (CF) de 1988, como incentivo à democracia e posteriormente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 reforçou o que preconizava a Carta Magna ditando princípios norteadores da gestão democrática, possibilitando a participação da comunidade na elaboração do projeto pedagógico escolar e nos Conselhos Escolares, tornando a constituição de Conselhos Escolares necessária para a tomada de decisões acerca das ações, projetos e projeções financeiras da escola (MODOLO, 2007).

Corroborando com a contextualização inicial sobre o Conselho Escolar e sua relação com a efetiva gestão democrática, ao parafrasear Ciseski e Romão (2004) tornar-se possível considerar que o Conselho Escolar possui como objetivo precípua a efetivação da gestão escolar, na forma de colegiado, com a finalidade de promover a articulação entre os diversos

¹ Acadêmica concluinte do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Rondônia – Câmpus Francisco Gonçalves Quiles, com Trabalho de Conclusão de Curso elaborado sob a orientação da Professora Ma. Ellen Cristina de Matos.

segmentos da comunidade escolar e os setores da escola, sendo que a ação de todos os membros do Conselho deverá sempre visar atendimento ao coletivo e à qualidade de ensino.

A participação da comunidade em Conselhos Escolares é um princípio que está determinado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB em seu artigo 14. Para reforçar este princípio, em 2004 o Ministério da Educação criou o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (PNFCE) através da Portaria Ministerial nº 2.896, em seu art. 1, inciso I, cujo objetivo principal preconizado é: “ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas” (BRASIL. MEC, 2004).

No Estado de Rondônia, a gestão democrática nas escolas estaduais teve o seu início em 2011, com a Portaria nº 1345/2011–GAB/SEDUC que estabeleceu as diretrizes para a implantação dos conselhos, dando início ao processo eleitoral para a escolha dos conselheiros escolares e diretores (RONDÔNIA. SEDUC, 2011).

Desta forma, a presente pesquisa buscou elucidar o seguinte questionamento: Na percepção dos conselheiros participantes (gestores, professores e técnicos), como ocorre à atuação dos Conselhos Escolares na Gestão Democrática nas Escolas Estaduais de Ensino Fundamental (E.E.E.F) no Município de Cacoal, Estado de Rondônia? Na tentativa de chegar a uma resposta da questão acima apresentada o objetivo geral do estudo foi verificar, na percepção dos conselheiros participantes (gestores, técnicos e professores), como ocorre à atuação dos Conselhos Escolares quanto ao efetivo exercício da Gestão Democrática nas E.E.E.F. localizadas no Município de Cacoal - RO.

Para alcançar o proposto no objetivo geral foram traçados os seguintes objetivos específicos: contextualizar acerca da instituição do movimento do Conselho Escolar, apresentado um breve histórico e as características do ambiente (objeto) em estudo; abordar sobre a formação, constituição e estruturação dos Conselhos Escolares, enfatizando sua atuação, funcionalidade, competências, organização e importância para Gestão Escolar Democrática; confrontar a Teoria da Gestão Escolar Democrática com a prática resultante da atuação dos Conselhos Escolares nas escolas (práxis); e verificar a influência do Conselho Escolar na Gestão da Educação na percepção de gestores, técnicos e professores.

A proposta de pesquisa justifica-se considerando o fato de que a temática gestão democrática proporciona o exercício da cidadania e da democracia, através da participação dos representantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar nas decisões quanto gestão da escola; e o Conselho Escolar contribui para democratizar as relações existentes no meio escolar, servindo como ferramenta descentralizadora do poder, desse modo, propiciando ações coletivas que concretizam a gestão democrática nas escolas. Também expõe a

importância do Conselho Escolar, com vistas a entender o funcionamento e atuação dos Conselhos Escolares no Município de Cacoal - RO, pois um conselho atuante pode contribuir para o fortalecimento da educação, garantindo mais qualidade no ensino público (RISCAL, 2010).

O estudo teve caráter exploratório (pesquisa bibliográfica em livros, revistas, artigos, monografias, cartilhas, *sites da internet*), descritivo e qualitativo resultante de um levantamento de percepção por meio de uma pesquisa de campo realizada no período de 03 de novembro a 08 de dezembro de 2015, a qual foi feita através de um roteiro de entrevista com questões abertas e fechadas para coletar os dados, realizada na cidade de Cacoal, Estado de Rondônia, tendo como população da pesquisa os conselheiros atuantes nos Conselhos Escolares existentes nas escolas públicas estaduais de Ensino Fundamental.

Os dados coletados durante a pesquisa foram tabulados em planilhas do Excel e apresentados em forma de gráficos e/ou tabelas, acompanhados de análises descritivas e discussões resultantes com levantamento teórico realizado inicialmente.

Este trabalho foi organizado da seguintes forma: Introdução, Referencial teórico, Metodologia, Análise e discussão da pesquisa e considerações finais. Para a realização da pesquisa foram utilizadas referências resultantes de estudos publicados em livros, revistas, artigos e periódicos, por exemplo, os trabalhos realizados por: Dourados (2001 e 2006), Luck (2000, 2006 e 2009), Gracindo (2007), Araújo; Lara e Souza (2009), Riscal (2010), Fernandes e Ramos (2010), dentre outros, bem como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases, Portarias e os Cadernos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica apresentada versa sobre: Gestão Escolar Democrática (suas definições, princípios, mecanismos de Implementação da Gestão Democrática da Educação); Conselho Escolar; Conselhos Escolares e sua atuação na Gestão da Educação e nos Sistemas de Ensino; e Gestão Estadual da Educação.

2.1 GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: DEFINIÇÕES, PRINCÍPIOS E MECANISMOS DE IMPLEMENTAÇÃO.

O intuito da democratização no ensino público é propiciar a melhoria da qualidade das práticas pedagógicas e dos processos educacionais, pois a gestão escolar democrática

aproxima os envolvidos com escola, e todos passam a buscar um objetivo comum: a construção, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do trabalho escolar e do ensino (BRASIL. MEC, 2006).

A democratização da gestão escolar está associada à descentralização e a autonomia dos gestores em gerenciar, juntamente com a comunidade escolar local, seus recursos e o desempenho dos processos pedagógicos. Sendo a autonomia considerada um atributo da gestão participativa e também um dos pilares em que se assenta a eficácia do gerenciamento escolar (LUCK, 2000).

Portanto, a gestão democrática surgiu como um mecanismo para aproximar a escola da comunidade, tornando-a num ambiente aberto, dinâmico e participativo, e assim elevar a qualidade do processo educacional, onde os educandos possam aprender e exercer a sua cidadania com responsabilidade social (LUCK, 2009). “A gestão democrática na escola e nos sistemas de ensino torna-se um processo de construção da cidadania emancipada” (GRACINDO, 2007, p. 35).

Neste contexto, a Gestão Democrática é o resultado dos esforços de educadores e diversos segmentos da sociedade na busca de uma educação pública, democrática e de qualidade. Foi estabelecida no art. 206 da CF/1988, como incentivo à democracia e, posteriormente a LDB (Lei nº 9394/96) reforçou o que preconizava a Carta Magna, ditando princípios norteadores da gestão democrática no ensino público fundamental, possibilitando que a comunidade participasse da elaboração do projeto pedagógico escolar e também dos conselhos escolares (BRASIL. MEC, 2006).

Portanto, a gestão democrática surgiu da necessidade de inclusão e participação da sociedade no planejamento e na tomada de decisão no âmbito escolar, a qual viabilizou várias possibilidades de organização, constituindo-se em um ponto fundamental a ser implementado pelos envolvidos no cotidiano escolar, visando à melhoria do ensino (BRASIL. MEC, 2004).

Sua finalidade é transformar a escola num ambiente aberto (receptivo), onde todos os envolvidos no processo educacional possam contribuir para promoção de um ensino público de qualidade (LUCK, 2009); fortalecendo assim, o desenvolvimento participativo da comunidade no ambiente escolar, podendo essa intervir nas decisões tomadas, sejam as administrativas, financeiras ou pedagógicas, visando sempre uma melhoria do ensino público (ARAÚJO; LARA; SOUZA, 2009).

De acordo com Luck (2009) uma educação de qualidade resulta de um processo que demanda a participação de toda comunidade, tanto interna como externa, uma vez que esse processo estreita a relação entre a escola, pais e comunidade, tornando-a aberta, dinâmica e

participativa, contribuindo assim para a inserção dos princípios de cidadania nos educandos e para a melhoria do ensino dentro da instituição escolar.

Para Libâneo (2006) o processo de democratização nas escolas vai além do simples processo de tomada de decisões, é necessário que a democratização, seja uma ampliação de oportunidades, onde a escola e todos os envolvidos com as práticas escolares cumpram sua função principal que é o ensino de qualidade com a elevação cultural, inserindo nos educandos um desejo por mudança.

A democratização da gestão escolar implica no conhecimento e na prática do exercício de participação e tomada de decisão, sendo ela imprescindível para definir as políticas educacionais e os processos participativos (ARAÚJO; LARA; SOUZA, 2009). Portanto, constitui um somatório de possibilidades para que a construção da cidadania seja eficazmente constituída no intrínseco do indivíduo, possibilitando-lhe participação e socialização no ambiente escolar (ARAÚJO, 2009).

A gestão democrática faz parte de um conjunto de princípios que regem o ensino público brasileiro, elencado na CF/1988, art. 206, a qual ao estabelecer a democratização do ensino público instituiu o direito de participação a todos os envolvidos nos processos educacionais (DOURADOS, 2001).

Corroborando com o disposto no art. 206 da CF/1988, na LDB, em seu art. 3º (inciso VII), art. 14 (incisos I e II) e art. 15, princípios norteadores da educação básica, pontualmente no que cerne a gestão democrática do ensino, como segue:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

[...]

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

[...]

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Portanto, tanto as disposições constitucionais como os princípios legais ditados pela LDB norteiam o ensino no Brasil à prática de uma educação voltada para o desenvolvimento individual do ser humano, a fim de torná-lo em um cidadão crítico e apto a participar e contribuir para uma educação de qualidade (MORAES; FELGAR, 2013).

A análise desses princípios implica em buscar uma escola pública de qualidade, onde a comunidade possa se envolver, e desenvolver coletivamente a autonomia escolar, participando da gestão e dos processos decisórios (BRASIL. MEC, 2006).

De acordo com o Caderno 5 do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares a gestão democrática estabelece grande relevância para que o ensino e aprendizagem aconteçam, uma vez que a gestão democrática implica na efetivação e participação coletiva nas ações corriqueiras do ambiente escolar (BRASIL, 2004).

Para que essa participação aconteça é necessária à adoção de certas medidas e de um programa de atividades voltado ao envolvimento tanto de professores e funcionário como da comunidade em geral, segundo Luck *et al* (2005, p. 29): “as pessoas podem ser influenciadas e motivadas por um senso maior de propósito e as frases sobre conceitos e valores podem direcionar este esforço”.

A gestão democrática escolar, que é uma manifestação da democracia dentro do contexto escolar, envolve a descentralização de poder e a participação da comunidade nos processos decisórios e de execução (BRASIL. MEC, 2006). Implica, para tanto, na sua efetivação a observância a vários procedimentos visando promover o envolvimento das pessoas no processo democrático, por meio de atividades que venham a envolver a comunidade com o compromisso participativo para que o desejo por mudanças materialize-se em ações concretas resultantes de propostas coletivas que contribuam para o desenvolvimento da educação pública (DOURADO, 2001).

De acordo com Luck *et al* (2005) uma entidade que é administrada democraticamente, deve existir uma participação da coletividade onde: funcionários, professores, pais, alunos e comunidade em geral tem que estar envolvidos na constituição de objetivos da instituição, na solução de problemas e na tomada de decisão, uma vez que a gestão participativa está ligada a mobilização de esforços coletivos, a fim de viabilizar o diálogo entre os integrantes da comunidade escolar local.

Para Libâneo (2006), o ensino, função principal da educação escolar, se constitui na ferramenta necessária e indispensável à concretização da democracia do ensino, no sentido de instruir os educandos a se organizarem e se desenvolverem como cidadãos, proporcionando-lhes a oportunidade de se tornarem pessoas críticas e aptas a participarem das decisões na sociedade.

Neste sentido a democratização do ensino configura-se em um procedimento que perpassa as barreiras das ações direcionadas a ampliação do atendimento escolar, representando, uma postura que adotada pelos sujeitos envolvidos no processo educativo estabelece a essência da prática social educativa (GRACINDO, 2007).

A gestão democrática escolar se fundamenta na participação da sociedade, quando esta no exercício de sua cidadania interage com a escola exigindo o seu direito de voz e de ser ouvido (BRASIL, 2004).

O Caderno 5 do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares enfatiza que:

A efetivação e a consolidação de mecanismos de participação da comunidade educacional devem ser incentivadas, mediante: Conselho Escolar, grêmio estudantil, associação de pais, conselhos de classes etc., na perspectiva de construção de novas maneiras de se partilhar o poder de decisão nas instituições (BRASIL, 2004, p.34).

Assim, o Conselho Escolar mencionado no inciso II do art. 14 da LDB, se apresenta como um importante instrumento para a construção da gestão democrática na educação, configurando-se em um espaço de atuação de toda a comunidade que almejam uma educação mais digna e de qualidade, uma vez que a gestão escolar antes centralizada na figura do gestor, agora é compartilhada com todos os interessados em elevar o nível do ensino público (SOARES, 2011).

2.2 CONSELHO ESCOLAR

A palavra conselho é derivada do latim *consilium* e possui vários sentidos, como: aconselhamento, prudência, assessoramento e outros. Sua origem remonta entre as primeiras civilizações da Antiguidade Mesopotâmia, onde geralmente era voltado a atender os interesses políticos. Durante a Idade Moderna os reis europeus recorriam ao conselho para elaborar suas estratégias políticas e militares, e para obterem aconselhamento em matéria econômica. Com o passar do tempo os conselhos fortaleceram-se não importando a qual aspectos estavam voltados se políticos ou religiosos (RISCAL, 2010).

Os conselhos institucionais são mecanismos participativos, em diversos níveis da administração pública, que tem por objetivo acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos, garantindo a sociedade o direito de participar da política pública e de sua gestão (Mattos, 2008). No Brasil a existência de conselho é percebida no período colonial e monárquico com a função de mediador e conciliador de conflitos (RISCAL, 2010).

No período republicano os conselhos deixam de ter somente cunho político e volta-se para alguns segmentos específicos, como saúde, trabalho, educação, dentre outros; no entanto, não possuíam poder de decisão para deliberar sobre determinada matéria (ARRUDA, 2010).

No tocante a educação, a existência dos conselhos é datada desde os tempos do Império e até 1994 vários dispositivos legais se empenharam e criaram vários segmentos de

conselhos, como o Conselho Nacional de Educação, os Conselhos Estaduais e os Conselhos Municipais, mas somente com a criação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que esses conselhos assumem uma nova postura passando a ter papel fundamental para determinar os rumos da educação básica (RISCAL, 2010).

Dentre os diversos segmentos de conselhos que foram surgindo, ao longo do tempo tem-se entre eles o conselho escolar, que surgiu na década de 1980, resultante de movimentos sociais pela democratização no país, sendo a CF/1988 um marco para esse acontecimento ao prever em seu art. 206 a criação de conselhos colegiados (FERNANDES; RAMOS, 2010).

O Conselho Escolar é um organismo colegiado constituído por pais, alunos, professores e servidores; seu objetivo é auxiliar os gestores no desenvolvimento do processo educativo, na organização administrativa e financeira da instituição, zelando sempre pela correta aplicação dos recursos recebidos pela escola, assegurando o cumprimento do processo democrático no ambiente escolar. Em outras palavras ele contribui para a organização e aplicação de recursos da instituição, versando não somente sobre questões administrativas, financeiras, mas também pedagógicas, buscando sempre a promoção e a ampliação do sistema democrático no ambiente escolar (RONDÔNIA. SEDUC, 2011).

Neste sentido o Caderno 01 do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (2004, p. 34), afirma que “o Conselho Escolar tem como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola”, bem como “fiscalizar a gestão administrativa, pedagógica e financeira da unidade escolar” (BRASIL. MEC, 2004, p. 49).

Assim para que se possa construir uma educação igualitária e com mais qualidade o Caderno de Orientação para a Implantação dos Conselhos Escolares destaca a natureza e as competências do Conselho, quais são:

Função Consultiva: aconselhar e emitir opiniões sobre determinado assunto ou problema relacionado à escola, assessorar e encaminhar questões dos diversos segmentos.

Função Deliberativa: examinar uma situação concreta com vista a uma decisão; dar parecer sobre determinados assuntos e a ele submetido; elaborar normas internas da escola sobre questões referentes ao funcionamento nos aspectos pedagógico, administrativo ou financeiro.

Função Fiscalizadora: acompanhar, fiscalizar e avaliar as ações pedagógicas, administrativas e financeiras.

Função Mobilizadora: promover, estimular e articular a participação integrada dos segmentos representativos da escola e da comunidade local, em diversas atividades, contribuindo para a efetivação da democracia e para a melhoria da qualidade social da educação.

Função Executora: para efeito de recebimento e movimentação dos recursos públicos financeiros destinados ao estabelecimento de ensino (RONDÔNIA. SEDUC, 2011, p.8).

Com isso o Conselho torna-se um espaço de participação social, acompanhamento e discussão do processo de aprendizagem, que busca de forma corresponsável o desenvolvimento das práticas educativas a fim de garantir e construir uma nova cultura democrática e participativa na comunidade escolar, de forma que todos possam expressar suas ideias e de igual modo contribuir para soluções de problemas (FORTALEZA, 2011).

Portanto, considera-se o Conselho Escolar como órgão máximo de direção, o qual possibilita e viabiliza a comunicação, com vistas a desburocratizar o desenvolvimento da ação pedagógica e administrativa escolar e a descentralização de decisões, pois representam a multiplicidade de interesses e compreensões existentes entre os diversos segmentos envolvidos e representados (VEIGA, 1998).

O objetivo do Conselho Escolar é aprimorar o processo de democratização nas escolas públicas, visando uma maior interação entre a comunidade e os gestores, contribuindo para uma educação de qualidade (Fernandes; Ramos, 2010). Constitui, portanto, um organismo necessário à gestão democrática do ensino e deve ser um aliado da escola no desenvolvimento, planejamento e implementação do processo educativo e das práticas pedagógicas, sendo que a sua função principal é o aprimoramento do ensino e a busca por uma educação com mais qualidade (GRACINDO, 2005).

Para o alcance da qualidade e da melhoria no processo educativo é necessário que o conselho faça um acompanhamento da “evolução dos indicadores educacionais (abandono escolar, aprovação, aprendizagem, entre outros) propondo, quando se fizerem necessárias, intervenções pedagógicas e/ou medidas socioeducativas (BRASIL. MEC, 2004. 01, p 49)”.

O Conselho Escolar tem sua base inicial na Constituição Federal (CF) de 1988 que em seu art. 206 estabelece o processo de gestão democrática no ensino público abrindo assim espaço para a sua criação.

A participação da comunidade em Conselhos Escolares é um princípio que está determinado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB em seu art. 14 e para reforçar este princípio, em 2004 o Ministério da Educação criou o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (PNFCE) através da Portaria Ministerial nº 2.896/2004, art. 1, inciso I, no qual é disposto o objetivo principal do programa como: “ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas” (BRASIL. MEC, 2004).

O Conselho Escolar é um órgão criado para viabilizar o processo democrático dentro das escolas, promovendo uma maior interação entre os gestores e sociedade, contribuindo para “uma maior transparência nas decisões tomadas” (BRASIL. MEC, 2004, p.55).

Para a efetivação das propostas a serem avaliadas pelo Conselho Escolar, é necessário que se elabore um PPP (Projeto Político Pedagógico), que tem por objetivo elencar

as ações a serem realizadas no ambiente escolar em favor do ensino e aprendizagem dos educandos. De maneira que este auxilie na organização do trabalho pedagógico, evidenciando as relações e a superação de desafios (HAHN; MACHADO, 2015).

A elaboração do PPP deve ser feita via “processos participativos próprios da gestão democrática”, ou seja, deve contar com a participação de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo, direção, professores, funcionários e comunidade local. Ele é um instrumento por meio do qual se busca a conciliação das diferenças e o compartilhamento de responsabilidades entre os integrantes da comunidade escolar (BRASIL. MEC, 2013, p. 117).

Outro importante instrumento, símbolo da gestão democrática na escola, é o Regimento Escolar, e assim como o PPP também deve ser conhecido por todos, discutido e aprovado coletivamente, e “as normas nele definidas servem, portanto, para reger o trabalho pedagógico” (BRASIL. MEC, 2013, p. 51).

Neste sentido o Conselho Escolar apresenta-se como um somatório de grandes relevâncias para o desenvolvimento das atividades escolares, bem como de propósitos para eficácia da gestão escolar e sua atuação deve ser dinâmica, precisa e coerente, para facilitar que o ambiente escolar tenha suas atividades realizadas de maneira eficaz, adequada, na garantia de que o ensino aconteça com qualidade e de maneira igualitária (TAKASE; MALACARNE, 2010).

A organização do Conselho Escolar faz-se pela participação ativa de professores, alunos, funcionários, pais e membros da equipe gestora. Com atribuições detalhadas cabe-lhe a atribuição de tomada de decisões no âmbito escolar, bem como a emissão de pareceres acerca das ações e projetos desenvolvidos (SILVA; NETO, 2007).

Para Castro (2008), o Conselho Escolar configura uma autonomia escolar na qual para aplicação de recursos e efetivação das ações é necessário consenso e envolvimento de todos, uma vez que se reúnem pessoas de vários segmentos da comunidade, para inferir, definir, avaliar e acompanhar os “nortes” do PPP da escola e do que for necessário para que a aprendizagem aconteça em sua plenitude. O Conselho Escolar não pode ser entendido como parte isolada do ambiente escolar, mas, e, principalmente parte essencial do processo.

Enfatiza-se que a escolha do Conselho Escolar acontece mediante votação, cujo tempo de atuação é previamente determinado, conforme regimento da instituição e as reuniões são de relevante importância para a tomada e encaminhamento das deliberações do conselho, ocorrendo em datas definidas e de maneira rotineira (ordinárias), ou de caráter de urgência (extraordinárias), conforme a necessidade da situação (SILVA; NETO, 2007).

2.3 CONSELHOS NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO E NOS SISTEMAS DE ENSINO

A escola tem função transformadora, valorizando o potencial de desenvolvimento social, intelectual e emocional do indivíduo. Nesse espaço, acontecem e são utilizadas diferentes mecanismos (instrumentos) para que a função de educar seja realizada com sucesso (OUTEIRAL, 2003).

Para Coraggio (2000), a Educação juntamente com a Ciência e a Tecnologia, constitui um instrumental mediador do conhecimento, proporcionando condições favoráveis ao indivíduo para a ampliação de limites no alcance da equidade e da própria democracia. Diante disso, a gestão escolar, se faz necessária na garantia do ato educacional, uma vez que a educação é um “motor” em pleno funcionamento para acelerar a riqueza intelectual, fornecendo subsídios para que a sociedade torne-se mais autônoma, já que a educação e a inteligência são indissociáveis (ALVES, 2001).

A gestão educacional está aliada ainda ao desempenho e empenho do Conselho Escolar que tem se mostrado uma importante ferramenta para a consolidação da gestão democrática na escola pública, tendo como objetivo a constituição de uma sociedade participativa e crítica, apta a opinar e intervir nas decisões e na organização dos trabalhos realizados pela escola, garantindo assim, maior transparência das decisões tomadas, (FERNANDES; RAMOS, 2010).

A gestão escolar democrática nas escolas públicas resulta de enfrentamentos de desafios, que com o auxílio do Conselho Escolar, tornam-se uma responsabilidade e as soluções surgem do engajamento social. Assim, alvo de grandes debates, a gestão democrática deve priorizar uma estruturação e organização social e cultural, onde o fator humano, seja o primordial elemento para quaisquer processos e tomadas de decisão, esclarece Souza (2008).

Cada sujeito envolvido no processo da gestão democrática, precisa entender que o seu papel é de suma importância para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem. Logo, o conselho escolar é fundamental para que a educação possa gerar cidadãos conscientes e igualitários, na promoção do saber e da própria cidadania. Portanto, a descentralização do poder é importante no contexto escolar, para que se possa partilhar decisões e avaliar, com base em diferentes ideias, situações e pontos de vista, os critérios que promovam maiores adequações às necessidades e enfrentamentos a serem sanados pela equipe gestora (FERREIRA, 2013).

Conforme Fernandes e Ramos (2010), o Conselho Escolar realiza uma participação efetiva na qualidade da educação no âmbito da gestão democrática, em prol de uma educação

de qualidade. Além de construírem subsídios para que a democratização do poder no interior da escola se torne uma realidade.

Souza (2008) elucida que é importante entender que a Educação necessita de muitos esforços para que aconteça em sua plenitude na vida de crianças, jovens e adultos, tornando-se agente transformador na construção da criticidade, participação e atuação de seus usuários.

A consolidação dos Conselhos exige que os gestores desenvolvam competências e habilidades administrativas que vislumbrem a minimização de conflitos e elevação positiva das relações interpessoais, conforme enfatiza Aguiar (2008), já que é por meio de pareceres em comum acordo, que as ações são aprovadas e consequentemente efetuadas, principalmente, pela gestão democrática que constitui matéria do Plano Nacional de Educação (PNE).

O Plano Nacional de Educação (PNE), foi criado em 2001, dispõem em sua matéria a criação e o estabelecimento dos Conselhos Escolares, bem como suas atribuições na promoção e permanência de uma gestão democrática e para Cury (2015) o PNE é uma resposta governamental ao princípio de uma educação de qualidade. Além disso, a elaboração de um plano não apenas por si torna-se eficaz, é relevante que exista envolvimento total da comunidade escolar.

É imprescindível que os Conselhos Escolares e seus gestores sejam aliados e tenham como norte os mesmos anseios em prol de uma educação de qualidade, possam juntos elaborar e ofertar projetos viáveis para minimizar as dificuldades de aprendizagem dos alunos, conhecendo a comunidade que a escola atua e assim, interagindo com ela (FERREIRA, 2013).

A gestão escolar, ou, os sistemas de ensino, sozinhos não podem e não poderão elevar os índices educacionais dos alunos, tão pouco, conduzir com transparência, os recursos financeiros, bem como as ações pedagógicas. Deve sim, ser agregada a esses, a participação da comunidade que é realizada ativamente pela presença dos Conselhos Escolares no ambiente educacional, pois a escola é um espaço privilegiado para a formação humana (AGUIAR, 2008).

2.4 GESTÃO ESTADUAL DA EDUCAÇÃO

A Gestão Escolar no Estado de Rondônia vem sendo impactada e influenciada por significativas mudanças e avanços, adequando-se a necessidade de tornar-se efetivamente

democrática, ou seja, para que as deliberações sejam por meio de votação e exista a escolha de Conselhos Escolares com a participação da comunidade, conforme dispõem a Lei Ordinária nº 3018/2013, que esclarece sobre a gestão democrática na rede pública estadual de ensino de Rondônia, (RONDÔNIA, 2013).

Para Parente e Lück (2000) a gestão democrática não é uma novidade no país, uma vez que alguns estados já desenvolvem colegiados e/ou conselhos escolares desde o período de 1970/1980. Contudo, apresenta-se de diferentes maneiras, pois o Conselho Escolar desempenha funções normativas, deliberativas e de fiscalização. Assim, visa à promoção da comunidade escolar nos processos de ensino e aprendizagem.

Em Rondônia a gestão democrática das escolas estaduais teve o seu início em 2011, coma Portaria nº 1345/2011–GAB/SEDUC que estabeleceu as diretrizes para a implantação dos conselhos escolares, dando início ao processo eleitoral para a escolha dos conselheiros escolares e diretores.

Em 2011, o Governo do Estado de Rondônia, por meio da Secretaria de Educação Estadual (SEDUC), publicou Decreto nº 16.202/2011, no qual consta a regulamentação e implementação dos critérios e condições necessários à realização de eleições às funções de Diretor e Vice-diretor das Escolas Públicas Estaduais de Ensino do Estado de Rondônia, possibilitando a votação por parte de pais de alunos, professores, servidores das escolas e os próprios estudantes. No decreto, foi definido ainda que o tempo de duração do mandato seria de três (3) anos e que a seleção e/ou votação seria sempre no último bimestre letivo (RONDÔNIA, 2011).

Ainda em 2011, foi elaborada pelo Governo do Estado de Rondônia, pela SEDUC, uma cartilha com as orientações para implantação dos conselhos escolares, em versão reformulada, a qual propôs a democratização do ensino com auxílio e participação da comunidade e cujos princípios delineados para efetivação da gestão democrática foram: Descentralização, Participação, Transparência e Compromisso (RONDÔNIA. SEDUC, 2011).

Na Cartilha de Orientação do Conselho Escolar consta que o Conselho Escolar representa o compartilhamento do poder e da tomada de decisão no ambiente escolar, devendo ser constituído de 14 membros eleitos pela comunidade, assegurando a proporcionalidade de 50% (cinquenta por cento) para pais/responsáveis legais e alunos e 50% (cinquenta por cento) para professores e demais funcionários efetivos na escola (RONDÔNIA. SEDUC, 2011).

Em 2013, com aprovação da Lei nº 3.019 ela foi efetivada, sendo que o conselho escolar é um, dentre os mecanismos responsáveis por esta efetivação, uma vez que ele visa o fortalecimento da gestão democrática nas escolas (RONDÔNIA. SEDUC, 2011).

Para Souza (2008), proporcionar ações de democratização nas escolas é uma tarefa bastante difícil, pois são necessárias implementações legais, além da necessidade de conscientizar a comunidade para atuar ativamente, uma vez que todos os membros do conselho são pessoas voluntárias, não sendo remunerados para tal função.

As dificuldades oriundas da implantação do Conselho Escolar estão justamente na composição, em virtude do Conselho Escolar, ter funções e atribuições bastante definidas, sendo: função consultiva, deliberativa, fiscalizadora, mobilizadora e executora. De maneira que os envolvidos necessitam ter habilidade e competências que garantam o exercício de sua função, uma vez que o Conselho Escolar, não se obriga somente aos cuidados e decisões financeiras, mas sim sobre todas as decisões e direcionamentos acerca das ações pedagógicas e administrativas da escola (RONDÔNIA, 2011).

Tão importantes quanto à elaboração ou formulação de uma Gestão Escolar Democrática no Estado é a compreensão de que as estruturas de gestão são verdadeiramente eficazes quando oferecem à comunidade qualidade nos serviços, interdependência e coerência com a realidade daquela comunidade (PARENTE, LÜCK, 2000).

3 METODOLOGIA

A fim de atingir os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, onde há a possibilidade de comunicação entre as pessoas envolvidas na situação de estudo e o pesquisador (PRODANOV; FREITAS, 2013). O estudo foi caracterizado como exploratório e descritivo, pois teve como principal objetivo analisar a Atuação dos Conselhos Escolares nas Escolas Estaduais de Ensino Fundamental de Cacoal.

Quanto aos procedimentos foi adotada a pesquisa bibliográfica, em primeiro momento, com pesquisas em livros, revistas, artigos e monografias relacionadas à temática e tendo as cartilhas dos conselhos escolares como principais fontes norteadoras da pesquisa.

Num segundo momento foi realizada a pesquisa de campo, presencialmente, com a aplicação de roteiros de entrevista mistos, contendo questões abertas (discursivas) e fechadas (objetivas).

Foram elaborados dois roteiros de entrevistas conforme apresentado nos Apêndices A e B deste estudo, considerando as características peculiares que tornaram necessária a divisão da amostragem em dois grupos de entrevistados: um grupo formado pelos diretores escolares que gerenciam diretamente os recursos e outro grupo formado pelos professores e demais funcionários que participam como conselheiros.

Apesar de constituírem um segmento do Conselho Escolar, os pais não foram incluídos na realização da aplicação dos roteiros de entrevista, considerando que em verificação empírica prévia junto aos diretores das escolas, apurou-se a pouca participação efetiva deste segmento.

3.1 DADOS SOBRE AS ESCOLAS PESQUISADAS

De acordo a CRE (Coordenadoria Regional de Ensino) de Cacoal, o município possui 14 escolas estaduais, deste total, 06 possuem o ensino fundamental (universo da pesquisa), e o Conselho Escolar de cada unidade escolar está composto conforme explicitado na figura 01:

Nº Ord.	Estabelecimento	Total de conselheiros por segmento				Total Geral
		Gestor	Vice	Professor/Téc.	Pais	
1	EEEF. Antônio Gonçalves Dias	1	1	3	4	9
2	EEEF. Frei Caneca	1	1	4	4	10
3	EEEF. Graciliano Ramos	1	1	4	4	10
4	EEEF. Honorina Lucas de Brito	1	1	8	4	14
5	EEEF. Maria Aurora do Nascimento	1	1	8	4	14
6	EEEF. Paulo Freire	1	1	3	5	10
Total		6	6	30	25	67

Figura 01: População da pesquisa:

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Considerando o universo total, foi selecionada a amostragem de 36 (trinta e seis) participantes, equivalente a 54% do total geral de conselheiros participantes. Devido à dificuldade de acesso aos pais conselheiros optou-se por não inclui-los na pesquisa. Foram excluídos ainda da amostragem os vice-diretores, por serem suplentes dos gestores, respondendo pelas instituições escolares somente na ausência desses.

A pesquisa foi realizada no período de 03 de novembro de 2015 a 08 de dezembro 2015. Dos 36 participantes 06 não foram localizados para que pudessem responder a pesquisa, o que resultou em uma amostra de 30 conselheiros, sendo 05 gestores e 25 funcionários, ou seja, 83% dos representantes destes segmentos conforme demonstra a figura 02.

Nº Ord.	Estabelecimento	Total de conselheiros por segmento.		Total de respondentes	
		Gestor	Professor/Téc.	Gestor	Professor/Téc.
1	EEEF. Antônio Gonçalves Dias	1	3	1	3
2	EEEF. Frei Caneca	1	4	-	3
3	EEEF. Graciliano Ramos	1	4	1	4
4	EEEF. Honorina Lucas de Brito	1	8	1	6
5	EEEF. Maria Aurora do Nascimento	1	8	1	6
6	EEEF. Paulo Freire	1	3	1	3
Total		6	30	5	25
Total geral		36		30	

Figura 02: Amostragem de respondentes da pesquisa por segmento.

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Para a elaboração da análise foi utilizado como recurso à tabulação dos dados obtidos através dos resultados do roteiro de entrevista, essa tabulação foi organizada por meio de gráficos e tabelas no Excel, agrupando as respostas dos participantes por meio da tabulação de dados para fins de análise dos resultados, realizando uma comparação das respostas e verificando a similaridade e divergências existentes.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise e discussão dos dados coletados com a aplicação do roteiro de entrevista acerca de como ocorre à atuação dos Conselhos Escolares na Gestão Democrática nas Escolas Estaduais de Ensino Fundamental (E.E.E.F) no Município de Cacoal, Estado de Rondônia, foi subdividida em duas partes: na primeira apresenta-se a análise e discussão dos dados coletados quanto da percepção dos conselheiros que são diretores escolares; e a segunda aborda acerca da percepção daqueles que são servidores nas escolas como professores e técnicos, também na qualidade de membros dos conselhos escolares.

A análise e discussão são norteadas na perspectiva do referencial teórico apresentado.

4.1 PERCEPÇÃO DOS DIRETORES (GESTORES) QUANTO A ATUAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES

A composição dos conselhos escolares e o perfil dos diretores (gestores) que atuam na presidência, quanto a gênero e tempo de participação encontram-se explicitados na figura 03:

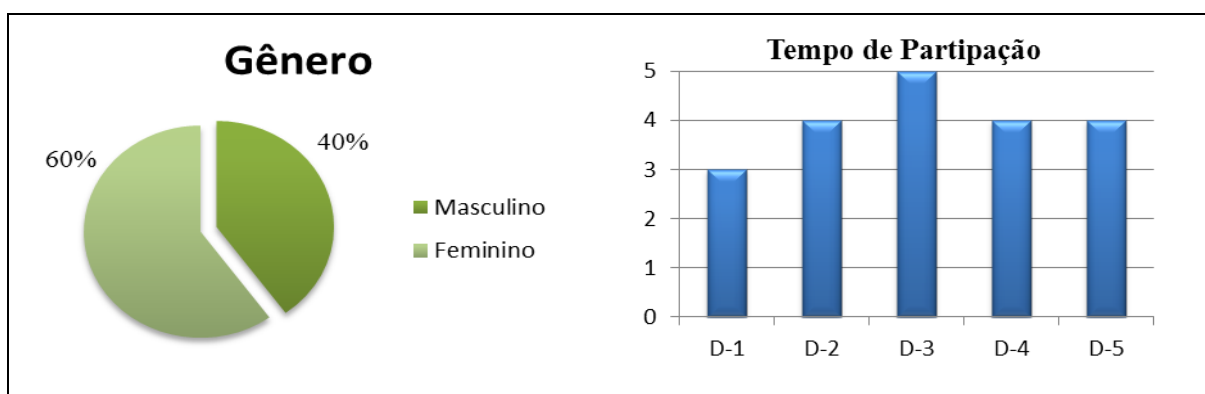


Figura 03: Perfil dos diretores conselheiros
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

É perceptível que 40% dos respondentes são do gênero masculino e 60% do feminino, havendo uma predominância deste sobre aquele. Em relação à idade dos diretores

(gestores) estes se encontram na faixa de 37 a 53 anos, e no quesito formação escolar todos os respondentes são especialistas, sendo que 60% possuem especialização em Gestão Escolar.

Conforme apresentado na figura 03, o tempo de participação desses respondentes diretores nos conselhos escolares não compreende uma variação significativa, compreendendo uma variação entre 3 a 5 anos de participação.

Quando questionados sobre a participação em cursos relacionados à temática “Conselho Escolar”, os respondentes foram unânimes em informar que participam mensalmente de cursos ofertados pelo MEC (Ministério da Educação) em parceria com a SEDUC-RO (Secretaria Estadual de Educação de Rondônia) juntamente com as CREs (Coordenadorias Regionais de Ensino), no caso, com a CRE do Município de Cacoal.

Quanto à “institucionalização do conselho”, todos os respondentes informaram que o Conselho Escolar do qual participam encontra-se devidamente regulamentado em Estatuto Próprio, sobre o qual eles possuem conhecimento, o qual foi obtido por meio de cursos, reuniões e palestras. Em relação à gnose dos demais conselheiros sobre os instrumentos que regulamentam o Conselho, disseram que é parcial, e os meios utilizados para expor esses instrumentos foram através de reuniões para apresentação e discussão do estatuto.

No que se refere aos principais desafios ou fatores que dificultam o acesso ou a compreensão dos instrumentos que regulamentam o Conselho Escolar, as respostas obtidas foram às seguintes:

“Fazer cada participante entender a necessidade de sua participação” (D1).

“Fazer cada participante entender a necessidade de participar ativamente das discussões e contribuir na tomada de decisão” (D2).

“Dificuldade de acesso não, a dificuldade é na aplicação, mobilizar para que todos participem” (D3).

“A dificuldade maior é falta de comprometimento e desinteresse” (D4).

“Falta de tempo e de disponibilidade” (D5).

Diante das respostas obtidas convém resgatar e ressaltar, parafraseando Ferreira (2013), conforme o qual cada sujeito envolvido no processo da gestão democrática, precisa entender que o seu papel é de suma importância para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem. Logo, o conselho escolar é fundamental para que a educação possa gerar cidadãos conscientes e igualitários, na promoção do saber e da própria cidadania.

Portanto, a gestão escolar democrática nas escolas públicas resulta de enfrentamentos de desafios, que com o auxílio do Conselho Escolar, tornam-se uma responsabilidade e as soluções surgem do engajamento social (SOUZA, 2008).

Quando questionados se o desconhecimento ou o conhecimento parcial por parte dos demais conselheiros acerca da institucionalização do Conselho Escolar ocasionava alguma influência na participação nas decisões que são tomadas por cada conselheiro, 60% dos

participantes responderam que não e 40% responderam que sim e apresentaram suas justificativas, conforme transcrito na figura 04:

RESPOSTAS	RESPONDENTES
Não, apesar dos conselheiros não terem conhecimento amplo quanto à institucionalização do Conselho Escolar, cada um deles dá sua sugestão e participa da tomada de decisão.	D1
Não, pois mesmo não tendo total conhecimento os conselheiros participam da tomada de decisão, apresentado ideias e dando opiniões sobre as questões que são levantadas.	D2
Sim, pois a falta de conhecimento gera um despreparo para alcançar a melhoria na escola.	D3
Não, porque a maioria é parte integrante da escola e sempre busca a melhoria da instituição.	D4
Sim, pois a falta de conhecimento gera a não participação dos integrantes.	D5

Figura 04: Influência do conhecimento quanto à institucionalização do Conselho Escolar.

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

No tocante ao funcionamento do conselho escolar, todos os diretores respondentes afirmaram que as reuniões realizam-se mensalmente, conforme definição do estatuto do conselho, com datas pré-definidas pela escola para a realização das reuniões ordinárias. Há também as reuniões extraordinárias, que ocorrem quando há necessidade do parecer do conselho escolar sobre determinada situação.

Ao serem questionados sobre a participação da comunidade nas decisões tomadas pelo conselho, todos afirmaram que a comunidade tem dado sua contribuição por meio de opiniões, sugestões, concordâncias e discordâncias com os assuntos abordados.

No entanto, quando questionados se essa participação era efetiva, os diretores foram divergentes em suas respostas, sendo que 60% afirmaram não existir essa participação efetiva e 40% responderam que a participação da sociedade é efetiva sim, como se demonstra nas respostas que seguem:

“Não, pela falta de cultura participativa, a comunidade ainda não tem conhecimento da importância de sua participação para melhoria do ensino público” (D1).

“Não. Falta de interesse” (D2).

“Sim. A comunidade participa dando sugestões de melhorias” (D3).

“Sim. A maioria sempre está presente apoiando e dando sugestões” (D4).

“Não. Falta de tempo e cultura participativa” (D5).

Considera-se, de acordo com Parente e Lück (2000) a gestão democrática torna-se efetiva quando a participação da comunidade é ativa, a qual acontece por meio do envolvimento e comprometimento da comunidade.

Já para Ciseski e Romão (2004) o objetivo principal do Conselho é a efetivação da gestão escolar, tendo por finalidade promover a articulação entre os diversos segmentos da comunidade escolar e os setores da escola, sendo que a ação de todos os membros do Conselho deverá sempre visar atendimento ao coletivo e à qualidade de ensino.

Observa-se nas respostas obtidas, conforme a percepção dos diretores, que existe uma participação da comunidade, mas para que haja uma melhoria na qualidade do ensino é

necessário que essa participação seja mais efetiva, pois segundo Luck (2009) uma educação de qualidade resulta de um processo que demanda a participação de toda comunidade, tanto interna como externa.

Contudo, ressalta-se que os gestores, conscientes da importância dessa participação para a elevação do ensino público, tem se utilizado de algumas estratégias para fazer com que a comunidade seja mais participativa. Eles têm se utilizado de seminários, reuniões e palestras para informar, conscientizar e destacar a importância da utilização de mecanismos democráticos, pois segundo Araújo; Lara e Souza (2009) a democratização da gestão escolar implica no conhecimento e na prática do exercício de participação.

Os diretores levantaram ainda o problema acerca da efetividade da participação dos conselheiros nas reuniões, destacando as ausências demasiadas, pois nem todos são assíduos. De acordo com as respostas obtidas: 40% dos respondentes encontram dificuldades para obter participação efetiva por parte dos demais membros no conselho. Este relato representa um empecilho porque a organização do Conselho Escolar faz-se pela participação ativa de professores, alunos, funcionários, pais e membros da equipe gestora, cabendo à atribuição de tomada de decisões no âmbito escolar, bem como a emissão de pareceres acerca das ações e projetos desenvolvidos (SILVA; NETO, 2007).

No que tange a atuação do conselho nas tomadas de decisões relacionadas aos recursos financeiros todos os respondentes afirmaram que o conselho tem atuado de forma direta, opinando nas questões que lhe são apresentadas, discutindo a forma mais apropriada para aplicação dos recursos; assim, conforme Castro (2008) o Conselho Escolar configura uma autonomia escolar na qual para aplicação de recursos e efetivação das ações é necessário consenso e envolvimento de todos.

Com relação à elaboração do PPP (Projeto Político Pedagógico), segundo os gestores respondentes, houve a participação dos professores e da comunidade, com a realização de reuniões e debates onde foram discutidas as ações e prioridades das questões apresentadas, afinal, segundo Castro (2008) para que a aprendizagem aconteça em sua plenitude é necessário o envolvimento das pessoas dos vários segmentos para inferir, definir, avaliar e acompanhar os “nortes” do PPP da escola.

Com a análise dos dados da pesquisa foi possível verificar que a direção escolar, por meio de seus gestores, tem se mostrado aberta a ouvir e acatar as opiniões tanto da comunidade quanto dos membros do conselho escolar, propiciando uma postura consoante com o estabelecido na cartilha do MEC onde está disposto que a manifestação da democracia dentro do contexto escolar envolve a descentralização de poder e a participação da comunidade nos processos decisórios e de execução (BRASIL. MEC, 2006).

4.2 PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES (PROFESSORES E TÉCNICOS) QUE ATUAM NAS ESCOLAS E COMO MEMBROS DOS CONSELHOS ESCOLARES.

Para Luck (2009) a democracia no contexto escolar é consolidada com a participação de todos os envolvidos no processo educacional, cuja meta a ser atingida é a qualidade do ensino, considerando a importância do envolvimento de todos os interessados no processo educativo à elevação e promoção de uma educação de qualidade.

Foi aplicado o roteiro de entrevista aos servidores da escola (professores e técnicos), voltado a verificar a percepção deles quanto à participação dos membros do conselho escolar nas decisões tomadas.

Inicialmente os respondentes servidores foram questionados se eles consideram a escola em que trabalham como democrática; e se há participação de todos os segmentos nas decisões tomadas na escola. Todos afirmaram categoricamente que “sim”, levando em consideração que todos os assuntos são debatidos e decididos coletivamente; acrescentaram ainda que cada participante tem a liberdade para apresentar suas sugestões e todas as decisões são tomadas em conjunto.

Corroborando com a afirmação unânime deste segmento, Dourados (2001) afirma que a gestão democrática visa promover o envolvimento das pessoas no processo democrático, por meio de atividades que venham envolver e desenvolver o compromisso participativo para que o desejo por mudanças materialize-se em ações concretas resultantes de propostas coletivas que contribuam para o desenvolvimento da educação pública.

Ao serem questionados se participavam ativamente na elaboração/reelaboração do PPP (Projeto Político Pedagógico) e do Regimento Escolar obteve-se o resultado apresentado na figura 05:

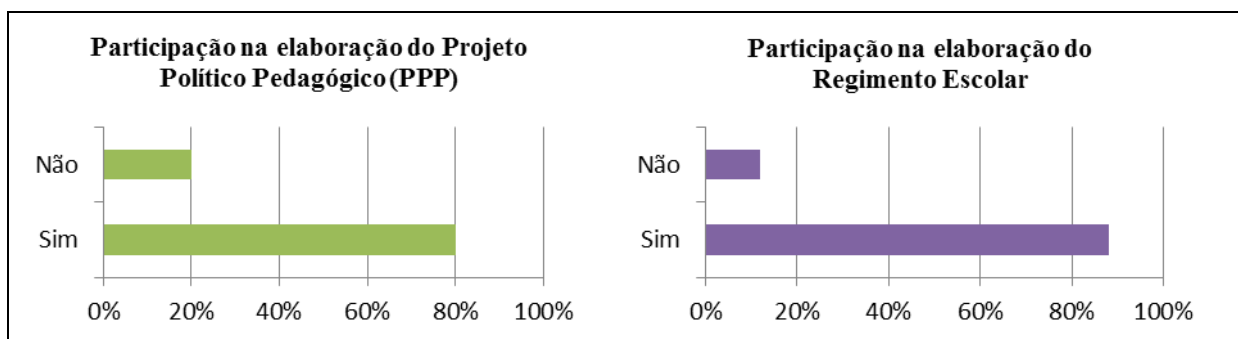


Figura 05: Participação na elaboração do PPP e do Regimento Escolar

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Dos respondentes conselheiros que declaram não ter participado da elaboração do Projeto Político Pedagógico, 12% afirmaram que este é apenas reelaborado anualmente e 8%

disseram não ter sido convidado a participar. Ao comparar este percentual de não participação com as respostas obtidas dos gestores, relacionados ao assunto, percebe-se que há contradição uma vez que todos eles afirmaram que a elaboração do PPP contou com a participação dos professores e da comunidade.

Já em relação ao Regimento Escolar a justificativa dada pelos que afirmaram não ter participado foi que esse instrumento é atualizado anualmente pela equipe pedagógica e apenas depois de realizadas as modificações é que o Regimento alterado é exposto ao conhecimento dos demais servidores.

Essa percepção dos respondentes é contrária ao preconizado pelas normas estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (2013, p.117), que dispõe que a elaboração do PPP e do Regimento Escolar deve ser feita através de “processos participativos próprios da gestão democrática”, ou seja, deve contar com a participação de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo, direção, professores, funcionários e comunidade local, para que sejam discutidos e aprovados coletivamente.

Quanto à concordância com as decisões da direção escolar na elaboração de projetos e obras realizadas nas escolas, todos os respondentes afirmaram estar de acordo, considerando a publicidade que é dada as ideias de novos projetos e obras na escola; informaram ainda que esses projetos são expostos pelos gestores aos servidores, são discutidos e analisados em reuniões, e a aprovação ocorre considerando-se sempre a real necessidade dos benefícios advindos de sua execução.

Os respondentes qualificaram a postura do gestor da escola em que trabalham como participativa, afirmaram que todas as questões são levadas ao conhecimento dos integrantes do conselho (professores, técnicos, pais) para que estes opinem, e a direção ouve as ideias e sugestões de quem queira contribuir de alguma forma com a instituição.

Corroborando com as respostas a esse questionamento Luck et al (2005) destaca que uma entidade que é administrada democraticamente, funcionários, professores, pais, alunos e comunidade em geral tem que estar envolvidos na constituição de objetivos da instituição, na solução de problemas e na tomada de decisão, uma vez que a gestão participativa está ligada a mobilização de esforços coletivos, a fim de viabilizar o diálogo entre os integrantes da comunidade escolar local.

Em relação a encontrar alguma dificuldade para participar das reuniões do Conselho Escolar e se a direção poderia contribuir de alguma para incentivar ou aumentar a participação de todos nas reuniões do Conselho, obteve-se os percentuais mostrados na figura 05:

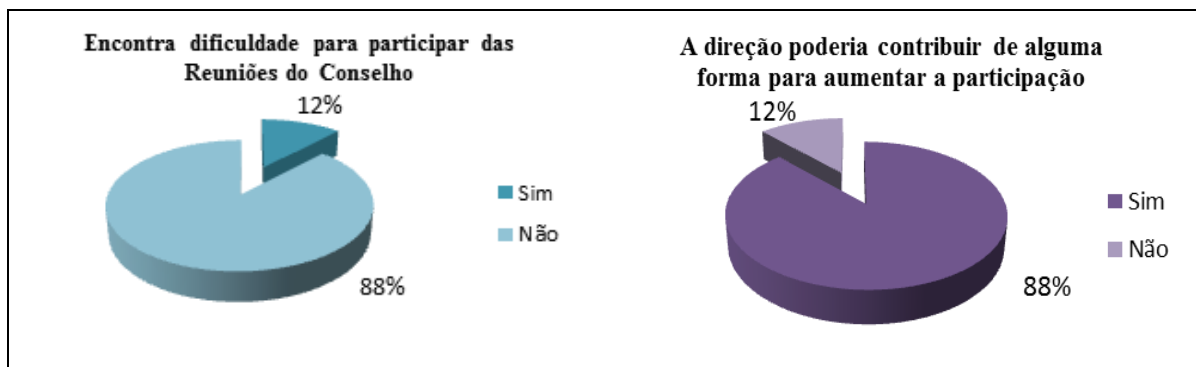


Figura 05: Dificuldade encontrada para participar das reuniões e de forma a direção poderia contribuir para aumentar a participação.

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Conforme apresentado na figura 05, 12% dos conselheiros respondentes afirmaram encontrar alguma dificuldade para participar das reuniões do conselho escolar e o principal argumento foi à falta de disponibilidade e de tempo; uma reclamação unânime por parte dos respondentes foi quanto à duração das reuniões e conforme eles geralmente ultrapassa o horário programado, fato este que ocasiona também dificuldade na participação.

Os demais 88% dos respondentes alegaram não encontrar dificuldades, pois na percepção deles a convocação é realizada com bastante antecedência e os horários são agendados de acordo com a disponibilidade da maioria dos participantes, sendo, portanto adequados e facilitados para que haja a participação de todos. Outro fator também alegado é que as reuniões ocorrem sempre em horário de expediente de trabalho, como este segmento de respondentes é de servidores, percebe-se que a adoção dessa medida pela direção facilita a participação deste nas reuniões do conselho escolar.

Ao serem questionados se a direção poderia contribuir de alguma forma para incentivar ou aumentar a participação de todos os segmentos de conselheiros nas reuniões do Conselho Escolar, 12% dos respondentes afirmou que “não”, acrescendo que todas as medidas possíveis já foram tomadas e que as pessoas que tem interesse em participar, já participam independente de incentivo, uma vez que a participação é dever de todos.

Quanto aos demais 88% dos respondentes, na opinião deles a direção pode “sim” contribuir para aumentar a participação e isso deve ser feito, mostrando a importância que cada membro tem para o conselho e que o papel de cada um é fundamental para o bom andamento dos trabalhos na escola, devendo também ser apresentados os benefícios dessa participação para a melhoria do ambiente escolar, uma vez que ela proporciona respaldo legal às decisões tomadas pela direção.

De acordo com a percepção dos respondentes quanto à contribuição da direção para que mais membros participem das reuniões, deve-se considerar que se torna imprescindível para que a participação aconteça à adoção de certas medidas e de um programa de atividades

voltado ao envolvimento tanto de professores e funcionário como da comunidade em geral, para ela “as pessoas podem ser influenciadas e motivadas por um senso maior de propósito e as frases sobre conceitos e valores podem direcionar este esforço” (LUCK et al 2005, p. 29).

Em relação à capacidade e habilidade deliberativa, mobilizadora e fiscalizadora do Conselho Escolar nas questões pedagógicas, administrativas e financeiras na escola, 8% dos respondentes afirmaram que na atual formação o Conselho não desempenha com êxito as habilidades mobilizadora e fiscalizadora, somente a deliberativa (relacionada aos recursos financeiros); enquanto 92% afirmaram que o Conselho Escolar tem desempenhado as funções deliberativa e fiscalizadora, mas somente nas questões financeiras é que o conselho de fato realiza uma ação de acompanhamento opinando e sugerindo a melhor medida a ser adotada.

Ao serem questionados sobre o envolvimento dos participantes do Conselho Escolar com as questões de natureza pedagógica, 16% dos respondentes afirmaram que devido à grande quantidade de assuntos, fatos, situações, circunstâncias relacionadas a esse quesito torna-se impossível ao Conselho se envolver, tornando-se competência total da equipe pedagógica, a qual é responsável por estas ações. Contrários a esta percepção, 84% deles afirmaram que o Conselho Escolar tem dado sua contribuição também nas questões de natureza pedagógica, discutindo e analisando os problemas e as necessidades que surgem, verificando qual a melhor forma e alternativa a ser adotada para viabilizar a melhoria e qualidade do ensino.

Sobre a atuação do Conselho Escolar em questões de natureza administrativa, 60% dos respondentes declararam que o Conselho não intervém nessa área e que poucas vezes analisa alguma proposta a qual lhe é encaminhada e por meio de seus conselheiros são apresentadas deliberações, sendo o gestor escolar responsável pela parte administrativa. No entanto, 40% dos respondentes afirmaram que antes de qualquer decisão e alteração na parte administrativa, primeiramente o assunto é discutido pelos membros do Conselho Escolar, conforme demonstrado na figura abaixo:

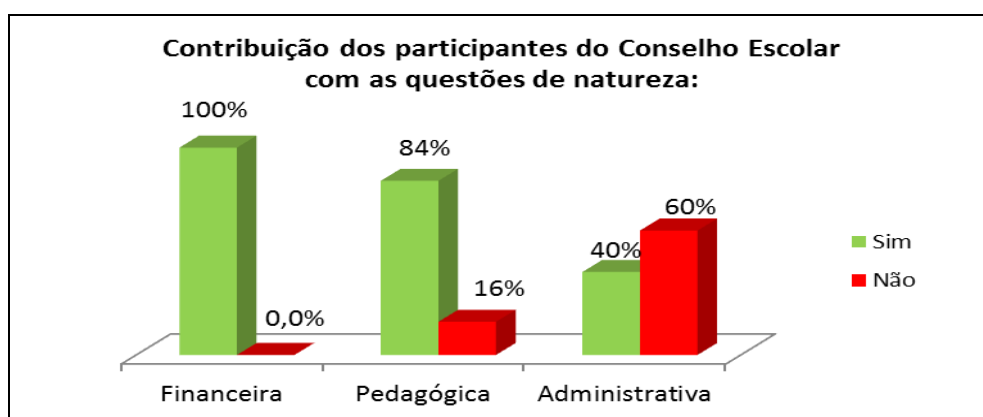


Figura 06: Atuação destacada do Conselho e debate dos projetos desenvolvidos na escola.

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Analisando as respostas é perceptível que o conselho escolar não tem desempenhado com êxito todas as suas funções, como também não tem contribuído em todas as ações da escola como determina a legislação, pois é dever do Conselho Escolar auxiliar na organização das questões administrativa, financeira e pedagógica da instituição buscando sempre a promoção e a ampliação do sistema democrático no ambiente escolar (RONDÔNIA. SEDUC, 2011).

Neste sentido o Caderno 01 do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (2004, p. 34) afirma que “o Conselho Escolar tem como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola”, bem como “fiscalizar a gestão administrativa, pedagógica e financeira da unidade escolar” (BRASIL. MEC, 2004, p. 49).

Ao serem questionados se o Conselho Escolar promove, estimula e articula a participação integrada da comunidade local nas atividades desenvolvidas na escola, 20% dos respondentes informaram que o conselho tem participado das atividades da escola, convidando a comunidade a participar, porém não articula, estimula ou promove essa participação, e apesar de atuar regularmente na escola não há uma integração entre ambos. Enquanto 80% dos respondentes afirmaram que o conselho vem promovendo e realizando eventos que envolvam a participação da comunidade incentivando assim a participação desta.

Analisando e confrontando as respostas é perceptível que apesar do empenho dos conselhos escolares em promover a participação da comunidade, não estão exercendo plenamente a função mobilizadora que é: “promover, estimular e articular a participação integrada dos segmentos representativos da escola e da comunidade local, em diversas atividades, contribuindo para a efetivação da democracia e para a melhoria da qualidade social da educação” (RONDÔNIA. SEDUC, 2011, p.8).

Questionou-se aos conselheiros se o Conselho Escolar acompanha a evolução dos indicadores educacionais (abandono, aprovação, reprovação) propondo, quando necessário, intervenções pedagógicas ou medidas socioeducativas visando à melhoria da qualidade da educação; 20% dos respondentes afirmaram que o conselho é informado sobre esses indicadores, mas não propõe nenhuma intervenção e que o acompanhamento desses indicadores é feito pela equipe pedagógica e é ela que estuda as medidas de intervenção necessárias. No entanto, 80% dos respondentes afirmaram que o conselho escolar tem feito esse acompanhamento e através da análise dos resultados que as propostas são articuladas, elaboradas e desenvolvidas, propondo estratégias de melhorias para os pontos negativos.

De acordo com o Caderno 1 do Programa de Fortalecimento dos Conselhos escolares, o conselho escolar tem um papel fundamental frente aos problemas ocorridos na escola e devem adotar estratégias que visem à solução destes problemas; enfatiza que uma das atribuições do conselho escolar é o acompanhamento dos indicadores educacionais e cada conselho deve assumir para si a discussão de suas atribuições, buscando sempre a melhoria e o desenvolvimento da escola pública (BRASIL. MEC, 2004).

Os conselheiros professores e técnicos foram questionados também se a atuação do conselho escolar é destacada e se os projetos desenvolvidos na escola são sempre debatidos pelo Conselho Escolar; obtendo-se o resultado apresentado na figura 06:

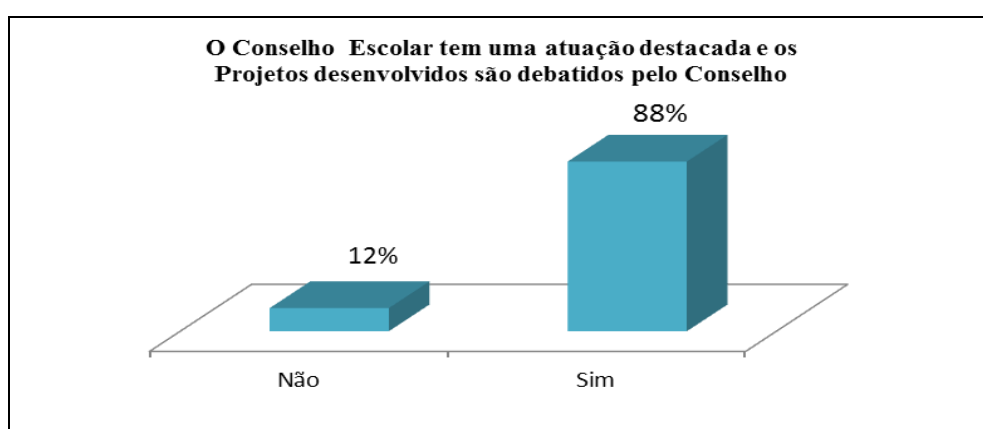


Figura 06: Atuação destacada do Conselho e debate dos projetos desenvolvidos na escola.
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Dos respondentes, 12% afirmaram que o conselho não tem uma atuação destacada e nem todos os projetos desenvolvidos na escola são debatidos pelo conselho, segundo eles nem todas as necessidades e projetos são apresentados ao conselho e para que exista uma atuação de destaque é necessária uma maior participação da comunidade em geral.

Os demais 88% dos respondentes afirmaram que o conselho sempre está a par de todas as questões da escola e, tudo o que é tratado e discutido no conselho é repassados aos funcionários nas reuniões administrativas e pedagógicas, sendo que todos os projetos, principalmente os que envolvem recursos financeiros, são debatidos pelo conselho, realizando-se somente aqueles que realmente trazem benefício ao aluno e a instituição, afinal os gestores e conselheiros estão sempre em busca de mais melhorias para a educação.

Ao analisar as respostas dos conselheiros percebe-se que, apesar dos gestores e conselheiros buscarem o mesmo objetivo, o conselho escolar ainda não está atuando plenamente, fazendo necessários mais esforços por parte dos interessados para a promoção de um ensino de qualidade para que a elevação cultural possa torna-se realidade dentro das escolas públicas.

Neste sentido Fortaleza (2011) destaca que o Conselho é espaço de participação social, acompanhamento e discussão do processo de aprendizagem, que busca de forma corresponsável o desenvolvimento das práticas educativas a fim de garantir e construir uma nova cultura democrática e participativa na comunidade escolar, de forma que todos possam expressar suas ideias e de igual modo contribuir para soluções de problemas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de democratização nas escolas vai além do simples processo de tomada de decisões, tornando-se necessário que ela represente uma ampliação de oportunidades, por meio da qual a escola e todos os envolvidos com as práticas escolares cumpram sua função principal que é a promoção do ensino de qualidade com a elevação cultural.

Buscando o alcance da primordial função do processo de democratização tem-se a estrutura e a atividade do conselho escolar, órgão criado para viabilizar o processo democrático dentro das escolas, o qual, conforme a percepção dos respondentes do estudo realizado percebeu-se sua ineficiência quanto à execução de suas capacidades e habilidades deliberativa, mobilizadora e fiscalizadora nas questões pedagógicas, administrativas e financeiras na escola conforme mencionado pelos conselheiros participantes da pesquisa.

A gestão democrática é uma realidade presente nas escolas estaduais de Ensino Fundamental de Cacoal, porém de acordo com os dados levantados percebe-se a ausência de sua consolidação conforme preconizado pela legislação, pois a democratização da gestão escolar implica no conhecimento e na prática do exercício de participação e tomada de decisão, sendo ela imprescindível para definir as políticas educacionais e os processos participativos.

Percebeu-se por meio da pesquisa realizada, que a direção escolar tem se mostrado disponível, acessível e disposta a receber opiniões e propostas da comunidade e dos membros do conselho escolar, demonstrando sua compreensão acerca da realização da gestão democrática. O conselho escolar tem utilizado algumas estratégias para propiciar uma maior participação da comunidade, se utilizando para isso de seminários, reuniões e palestras para informar, conscientizar, destacando a importância da utilização de mecanismos democráticos.

Os gestores (diretores respondentes do roteiro de entrevista) alegaram encontrar dificuldades quanto à participação efetiva dos demais membros e da comunidade no conselho escolar e atribuíram isso a inexistência tanto de cultura participativa quanto de

comprometimento por parte dos conselheiros, fatos estes que representam um empecilho para uma atuação eficaz e eficiente por parte do Conselho Escolar.

Quanto à percepção dos servidores (professores e técnicos), verifica-se a presença da conscientização quanto à importância da participação de cada membro conselheiro e da comunidade local para consolidação da gestão democrática e efetivação das atividades do conselho escolar, contudo afirmaram que a falta de tempo e o excesso na duração do horário das reuniões são fatores que dificultam a participação efetiva.

Percebeu-se que, tanto gestores quanto conselheiros buscam o mesmo objetivo: o aprimoramento do processo de democratização nas escolas públicas, com o propósito de alcançar um ensino público com mais qualidade. O estudo demonstrou que os recursos (humanos, financeiros, materiais) são insuficientes, tornando limitados os esforços para desempenhar todas suas funções, atribuições e competências, para que de fato o conselho escolar possa fazer um trabalho de conscientização junto à comunidade por meio do diálogo que demonstre a sua importância tanto à escola como para os processos educativos.

O estudo desenvolvido se limitou a pesquisar o Conselho Escolar das Escolas Estaduais de Ensino Fundamental de Cacoal, não possuindo caráter exaustivo, fica, portanto, como sugestão de trabalho futuro pesquisar as Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio, verificando como ocorre a participação de todos os segmentos que compõem o Conselho Escolar, verificando ainda a influência destes segmentos na gestão dos recursos e na realização do controle social nas escolas, bem como aprofundar o conhecimento quanto ao desempenho das funções (consultiva, deliberativa, fiscalizadora e mobilizadora) dos conselhos escolares.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Angela da S. **Gestão da educação básica e o fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Educar, Curitiba, n. 31, 2008. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a09>>. Acesso em: 16 de mai. 2015.

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da Escola Pública Contemporânea**. Campo Grande: Editora UFMS – Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

ARAÚJO, Jesus de; LARA Gerry Salvaterra; SOUZA, Maria das Neves Oliveira de. **A importância da participação da família nas ações da escola**. Editora CRV, Curitiba 2009.

ARRUDA; Maria da Conceição Calmon. **A gestão democrática e os conselhos escolares: interseções e confluências**. IN: Conselho escolar: formação e participação. Org. Lucília Augusta Lino de Paula, Lia Maria Teixeira de Oliveira. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado 1988.** Disponível em: <
http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_27.05.2014/index.shtm>.
 Acesso em: 25 de fev. 2015.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 20 de mar. 2015.

_____. Ministério da Educação **Portaria Ministerial 2896/2004.** Criou o Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Ministério da Educação. Disponível em: <
<http://www.seduc.ro.gov.br/portal/index.php/legislacao.html>> Acesso em 25 de fev. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselhos Escolares:** democratização da escola e construção da cidadania. Elaboração Ignez Pinto Navarro ... [et al.]. – Brasília: MEC, SEB, 2004. Disponível em:
 <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf>. Acesso em: 21 de mar. 2015 (Programa Nacional Fortalecimento dos Conselhos Escolares, Caderno 1).

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor.** Elaboração Ignez Pinto Navarro ... [et al.]. – Brasília: MEC, SEB, 2004. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad5.pdf>. Acesso em: 21 de mar. 2015 (Programa Nacional Fortalecimento dos Conselhos Escolares, Caderno 5).

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Gestão da educação escolar.** Elaboração Luiz Fernandes Dourado. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/06_gest_edu_esc.pdf>. Acesso em: 25 de fev. 2015 (Curso técnico de formação para os funcionários da educação. Profucionário: 6.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CASTRO, Adenise Figueira Barbatto. **A autonomia do conselho escolar: uma gestão democrática.** 2008. Disponível em:
 <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1521-6.pdf>>. Acesso em: 06 de jun. 2015

CISESKI; Ângela Antunes; ROMÃO, José Eustáquio. Conselhos de Escola. Constituintes da Escola Cidadã. In: GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio (Orgs.). **Autonomia da escola: Princípios e propostas.** 6ª. Ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004. (Guia da Escola Cidadã, v.1).

CORAGGIO, José Luis. **Desenvolvimento humano e educação: O papel das ONGS latino-americanas na iniciativa da educação para todos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Plano Nacional de Educação de 1936/1937**. Disponível em: < <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/01-%20ESTADO%20E%20POLITICAS%20EDUCACIONAIS%20NA%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO%20BRASILEIRA/O%20PLANO%20NACIONAL%20DE%20EDUCACAO%20DE%201936%20-%201937.pdf>>. Acesso em: 06 de jun. 2015.

DOURADO, Luiz Fernandes...[et al.] **Progestão: como promover, articular e envolver a ação das pessoas no processo de gestão escolar? Módulo II**. Brasília: CONSED- Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

FACER. Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Rondônia. **Rondônia é referência para o Brasil no projeto de implantação dos Conselhos Escolares**. Porto Velho, 17 jun.2010. Disponível em: < <http://www.facer.org.br/default.php?pg=noticia&id=114> >. Acesso em: 25 de fev.2015.

FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan; RAMOS, Géssica Priscila. **Conselho Escolar, participação e qualidade da educação no âmbito da gestão democrática**. Revista Eletrônica de Educação, Vol. 4, No 2 (2010). Disponível em: < <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/177>>. Acesso em: 04 de abr. 2015.

FERREIRA, Edmar Lucas. **Descentralização do Poder: A prática da gestão democrática e participativa na escola**. 2013. Disponível em: < http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/gestao_foco/artigos/ano2013/setembro/descent.pdf>. Acesso em: 07 de mai. 2015.

FORTALEZA (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Cartilha do Fórum dos Conselhos Escolares de Fortaleza: conselhos escolares em movimento**. Disponível em: < <http://gestaoescolar.abril.com.br/pdf/cartilha-conselho-escolar.pdf>>. Acesso em: 07 de mai.2015.

GERHARDT, Tatiana Engel; SOUZA, Aline Corrêa de. **Métodos de pesquisa: Unidade 1 – Aspectos Teóricos e Conceituais** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GRACINDO, Regina Vinhaes. **Os CONSELHOS ESCOLARES E A EDUCAÇÃO COM QUALIDADE SOCIAL**. Conselho Escolar e educação com qualidade social. Programa Salto para o futuro. Ano XV, Boletim 19 – Brasília: TV Escola/SEED/MEC, outubro de 2005.

_____. **Gestão democrática nos sistemas e na escola**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

HAHN, José Carlos; MACHADO, Evandro José. **A importância do Projeto Político Pedagógico na Educação Escolar**. Disponível em: <
<http://coral.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/068e4.pdf>>. Acesso em: 05 de jun. 2015.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da Pesquisa: Um Guia Prático**. Itabuna / Bahia, Via Litterarum, 2010.
 KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**. Pedagogia crítico-social dos conteúdos. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

LÜCK, Heloísa... [et al.] **A Escola Participativa: O trabalho do Gestor escolar**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

_____. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 1-195, fev./jun. 2000.

_____. **Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional - Vol. II - Série Cadernos de Gestão**. Petrópolis: Editora Vozes, Edição Digital, 2006.

MATTOS, Paulo Henrique Costa. **O desafio da participação e do Controle Social**. Gurupi Tocantins: Ed. Veloso, 2008.

MODOLO, Camila Pilastrì. **A gestão escolar democrática: participação e ação docente**. 2007. 91 f. Monografia (Bacharelado em Pedagogia) - Faculdade de Ciências UNESP - Câmpus de Bauru: São Paulo, 2007.

OUTEIRAL, José. **Adolescer. Estudos revisados sobre a adolescência**. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter Ltda, 2003.

PARENTE, Marta Maria de A.; LÜCK, Heloísa. **Mapeamento de Estruturas de Gestão Colegiada em Escolas dos Sistemas Estaduais de Ensino**. Brasília, v. 17, n. 72. 2000.
 Disponível em: <
<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1102/1002>>. Acesso em: 08 de jun. 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª. Ed Novo Hamburgo: Feevale, 2013. (e-book)

RISCAL, Sandra Aparecida. **Considerações sobre o conselho escolar e seu papel mediador e conciliador**. IN: Conselho Escolar: algumas concepções e propostas de ação. Org. Maria Cecília Luiz et. Al. São Paulo: Xamã, 2010.

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia Científica**. Paracambi, 2007.

RONDÔNIA (Estado). Lei nº 3.018, de 17 de abril de 2013. **Dispõe sobre a Gestão Democrática na Rede Pública Estadual de Ensino de Rondônia e dá outras providências**. Diário Oficial do Estado de Rondônia, 17 abr. 2013. Seção 1, p. 01. Disponível em: http://www.diof.ro.gov.br/data/uploads/2013/04/doe_17_04_2013.pdf>. Acesso em: 18 de mai. 2015.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Orientações para implantação dos conselhos escolares/2011: Gestão democrática. Versão reformulada**.

Disponível em:

<<http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/orientacaoconselhosescolares.pdf>> Acesso em: 25 de fev.2015.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 1.345 /11-GAB/SEDUC**. Estabelece diretrizes operacionais para implantação de Conselho Escolar nos Estabelecimentos de Ensino da rede pública estadual que atende a Educação Básica. Diário Oficial do Estado de Rondônia, 14 jun.2011. nº 1753. Disponível em: <

http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/PORTGABSEDUC1345_2011.pdf>. Acesso em: 25 de fev.2015.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Cartilha de Orientação ao Grêmio Estudantil nas Escolas Estaduais**. (2011). Disponível em <

<http://www.rondonia.ro.gov.br/publicacao/cartilha-de-orientacao-ao-gremio-estudantil/>> Acesso em: 26 de fev.2015.

_____. **Decreto nº. 16.202, de 20 de setembro de 2011**. (DOE nº 1.820, de 20/09/2011). Dispõe sobre critérios e condições para a realização de eleições às funções de Diretor e de Vice-Diretor de Escolas da Rede Pública Estadual de Ensino do Estado de Rondônia e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/DECRETO16202_20092011_DOE1820_20092011.pdf>. Acesso em: 18 de mai. 2015.

SILVA, Pâmmela Kassidy de Oliveira; NETO, Antônio Cabral. **O conselho escolar como uma estratégia de gestão democrática**. 2007. Disponível em:

<<file:///C:/Users/Danielle/Downloads/102-179-1-PB.pdf>>. Acesso em: 05 de jun. 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. rev. e ampl. — São Paulo: Cortez, 2000.

SILVEIRA Denise Tolfo;CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **Métodos de pesquisa:** Unidade 2 – A Pesquisa Científica. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOARES, Swamy. **Conselho Escolar:** Estratégia de Gestão Democrática. Edição Especial Ano XXI Boletim 15 - Novembro 2011

SOUZA, Débora Quetti Marques de. **Gestão democrática da escola pública: Desafios e perspectiva.** 2008. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/328_174.pdf>. Acesso em: 08 de jun. 2015.

TAKASE, Rosangela de Fátima Schram; MALACARNE, Vimar. **Conselho Escolar: um estudo de caso.** 2010. Disponível em: < <http://cac-php.unioeste.br/eventos/iisimposioeducacao/anais/trabalhos/181.pdf>>. Acesso em: 05 de jun. 2015.

VEIGA, Ilma. Passos Alencastro. **Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico.** Campinas, São Paulo: Papirus, 1998.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 12. ed. 2010.

APÊNDICE

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS DIRETORES (CONSELHEIROS) PARTICIPANTES DOS CONSELHOS ESCOLARES DAS E.E.E.F. DO MUNICÍPIO DE CACOAL – RO.

I – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR

1. Sexo: () Masculino () Feminino
2. Idade? _____ anos
3. Formação escolar:
 - a. () Graduação
 - b. () Especialização
 - c. () Mestrado
 - d. () Doutorado
 - e. () Outros. Descreva: _____
4. Há quanto tempo participa do Conselho Escolar? _____
5. Participa de cursos relacionados à temática “Conselho Escolar”?
() Sim. Com qual frequência? _____
() Não.
6. Normalmente, os cursos dos quais você participa, relacionados à temática “Conselho Escolar” são viabilizados por quais entes, entidades e instituições? _____

II – INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR

7. O Conselho Escolar está devidamente regulamentado em: (pode assinalar mais de uma afirmativa).
 - a. () Lei
 - b. () Regimento da Escola
 - c. () Estatuto próprio
 - d. () Outros. Informe. _____
8. Você tem conhecimento acerca dos instrumentos que regulamentam o Conselho Escolar?
() Sim () Não
9. Se sua resposta a questão “8” foi sim, informe quais são os instrumentos sobre os quais você detém conhecimento e descreva a forma como o obteve (se por meio de cursos, palestras, reuniões, dentre outros). _____
10. Em sua percepção os demais conselheiros tem conhecimento quanto aos instrumentos que regulamentam o Conselho Escolar? () Sim, totalmente. () Sim, parcialmente. () Não.
11. Caso a resposta à questão “10” seja “Sim”, informe quais os meios utilizados para que os demais conselheiros tomem conhecimento quanto aos instrumentos que regulamentam o Conselho Escolar.

12. Em sua opinião, quais os principais desafios ou fatores que dificultam o acesso ou a compreensão dos instrumentos que regulamentam o Conselho Escolar? _____

13. Em sua percepção, o desconhecimento ou o conhecimento parcial quanto a institucionalização do Conselho Escolar ocasiona alguma influência na participação e quanto as decisões que são tomadas por cada conselheiro?

() Sim. Qual? _____
() Não. Por quais motivos? _____

III – FUNCIONAMENTO E PARTICIPAÇÃO

14. O Conselho Escolar se reúne com frequência?

() Sim. Qual? _____
() Não. Por quê? _____

15. A comunidade participa de decisões tomadas pelo Conselho?

() Sim. De que forma? _____
() Não. Por quê? _____

16. Existe participação efetiva da comunidade escolar no Conselho?

() Sim. Comente. _____
() Não. Por quê? _____

17. Você encontra dificuldade para que haja participação efetiva do Conselho?

() Sim. Comente. _____
() Não. Por quê? _____

18. O Conselho tem atuado nas tomadas de decisões relacionadas aos recursos financeiros?

() Sim. De que forma? _____
() Não. Por quê? _____

19. Você acata a opinião dos pais nos assuntos da escola?

() Sim. Comente. _____
() Não. Por quê? _____

20. A escola utiliza alguma estratégia para aumentar a participação da comunidade na escola?

() Sim. De que forma? _____
() Não. Por quê? _____

21. A elaboração do projeto político pedagógico contou com a participação da comunidade?

() Sim. De que forma? _____
() Não. Por quê? _____

22. Os professores participaram ativamente da elaboração do projeto político pedagógico da escola?

() Sim. De que forma? _____
() Não. Por quê? _____

23. Quando um membro do Conselho Escolar propõe alguma inovação você:

() Concorda. () Discorda. Por quê? _____

24. O conselho tem contribuído para o bom desempenho de sua gestão?

() Sim. De que forma? _____
() Não. Por quê? _____

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS PROFESSORES E SERVIDORES PARTICIPANTES DOS CONSELHOS ESCOLARES DAS E.E.E.F. DO MUNICÍPIO DE CACOAL – RO.

1. Você considera essa escola em que está atuando democrática?
() Sim. Justifique _____
() Não. Por quê? _____
2. Você participa das decisões tomadas na Escola? Caso sua resposta seja afirmativa, suas propostas são ouvidas e acatadas pela direção escolar.
() Sim. Comente. _____
() Não. Por quê? _____
3. Em sua opinião, a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar, tal qual requer a formação do conselho, são ouvidas e levadas em consideração pela direção?
() Sim. Comente. _____
() Não. Por quê? _____
4. Participa ativamente na elaboração do projeto político pedagógico da escola?
() Sim. De que forma? _____
() Não. Por quê? _____
5. Participa ativamente na elaboração do Regimento Escolar?
() Sim. De que forma? _____
() Não. Por quê? _____
6. Você concorda com as decisões da direção na elaboração de projetos e obras realizadas na escola?
() Sim. Comente. _____
() Não. Por quê? _____
7. Como você qualificaria a postura do gestor na Instituição/Escola?
a. () Centralizadora
b. () Autoritária
c. () Participativa.
Explique: _____
8. Você encontra alguma dificuldade para participar das reuniões do Conselho Escolar?
() Sim. Quais? _____
() Não. Por quê? _____
9. Em sua opinião a direção pode contribuir para incentivar ou aumentar a participação de todos os seguimentos do Conselho Escolar?
() Sim. De que forma? _____
() Não. Por quê? _____
10. Em sua opinião o Conselho Escolar demonstra sempre capacidade e habilidade deliberativa, mobilizadora e fiscalizadora nas questões pedagógicas, administrativas e financeiras na escola?
() Sim. Quais? _____
() Não. Justifique. _____
11. Nas reuniões do Conselho Escolar há sempre a participação dos segmentos: professores, técnicos educacionais e pais?
() Sim. Comente. _____
() Não. Justifique. _____

12. O Conselho Escolar sempre analisa e propõe alternativas de solução às questões de natureza pedagógica?
() Sim. De que forma? _____
() Não. Por quê? _____
13. Em sua opinião o Conselho Escolar contribui nas ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola?
() Sim. Comente. _____
() Não. Por quê? _____
() Às vezes. _____
14. O Conselho Escolar promove, estimula e articula a participação integrada da comunidade local nas atividades desenvolvidas na escola?
() Sim. De que forma? _____
() Não. Justifique. _____
15. O Conselho Escolar propõe alguma alteração administrativa na gestão da escola?
() Sim. De que forma? _____
() Não. Justifique. _____
16. O Conselho Escolar acompanha a evolução dos indicadores educacionais (abandono, aprovação, reprovação) propondo, quando necessário, intervenções pedagógicas ou medidas socioeducativas visando à melhoria da qualidade da educação?
() Sim. De que forma? _____
() Não. Justifique. _____
17. Em sua opinião os Gestores e o Conselho Escolar sempre trabalham juntos para tomada de decisões administrativas, financeiras e pedagógicas?
() Sim. De que forma? _____
() Não. Por quê? _____
18. Em sua escola, o Conselho Escolar tem uma atuação destacada?
() Sim. De que forma? _____
() Não. Justifique. _____
19. Os projetos desenvolvidos na escola são sempre debatidos pelo Conselho Escolar?
() Sim. De que forma? _____
() Não. Por quê? _____